

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 051/2018

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 03 de abril de 2018, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil nº 167.0.36656/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.2. Inquérito Civil nº 600.0.26583/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.3. Inquérito Civil nº 596.0.136883/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.4. Inquérito Civil nº 699.0.245922/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
- 1.5. Inquérito Civil nº 237.0.83805/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.6. Inquérito Civil nº 163.0.69829/2013, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 1.7. Inquérito Civil nº 331.0.228708/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.8. Inquérito Civil nº 242.9.198278/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;
- 1.9. Inquérito Civil nº 696.0.49979/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.10. Inquérito Civil nº 003.0.110718/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.11. Inquérito Civil nº 001.9.154670/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.12. Inquérito Civil nº 600.0.77500/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.13. Inquérito Civil nº 003.0.174616/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.14. Inquérito Civil nº 003.0.124343/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.15. Inquérito Civil nº 331.0.113938/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.16. Procedimento ministerial nº 005.0.211914/2011, da Promotoria de Justiça de Abaré.
- 1.17. Inquérito Civil nº 593.42356/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.18. Inquérito Civil nº 167.0.94636/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.19. Inquérito Civil nº 600.9.14809/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.20. Procedimento Ministerial nº 608.0.138766/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;

- 1.21. Procedimento Ministerial nº 703.9.186806/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.22. Inquérito Civil nº 003.1.47008/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.23. Procedimento Ministerial nº 003.0.219534/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.24. Procedimento Ministerial nº 703.9.203922/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.25. Inquérito Civil nº 210.9.150204/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.26. Inquérito Civil nº 003.0.210835/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.27. Inquérito Civil nº 600.0.743/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.28. Inquérito Civil nº 003.0.202629/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.29. Inquérito Civil nº 334.0.65530/2010, da Promotoria de Justiça de Tucano;
- 1.30. Inquérito Civil nº 003.0.194145/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.31. Inquérito Civil nº 003.0.158333/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.32. Inquérito Civil nº 003.0.241528/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Mulher – GEDEM;
- 1.33. Inquérito Civil nº 003.0.246189/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.34. Inquérito Civil nº 600.0.187326/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.35. Procedimento Ministerial nº 003.9.59776/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.36. Inquérito Civil nº 596.0.172192/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.37. Procedimento Ministerial nº 160.0.123533/2011, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 1.38. Inquérito Civil nº 001.9.5315/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.39. Inquérito Civil nº 069.0.188339/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.40. Inquérito Civil nº 001.9.1140/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.41. Inquérito Civil nº 591.0.16907/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.42. Inquérito Civil nº 003.9.6565/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.43. Procedimento Ministerial nº 003.0.126520/2008, do Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – NUDEPHAC;
- 1.44. Inquérito Civil nº 003.0.117662/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.45. Procedimento Ministerial nº 003.0.21395/2011, da 1ª Promotoria de

Justiça de Barreiras;

1.46. Procedimento Ministerial nº 003.0.196905/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.47. Inquérito Civil nº 003.0.128520/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.48. Procedimento Ministerial nº 036.0.88584/2013, da Promotoria de Justiça de Caculé;

1.49. Procedimento Ministerial nº 696.9.128684/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.50. Inquérito Civil nº 001.9.266852/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.51. Procedimento Ministerial nº 003.9.156934/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.52. Inquérito Civil nº 709.0.59540/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

1.53. Inquérito Civil nº 001.9.26140/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.54. Inquérito Civil nº 702.0.181665/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.55. Inquérito Civil nº 331.0.218739/2012, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

1.56. Inquérito Civil nº 069.0.140622/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

1.57. Procedimento Ministerial nº 719.0.95099/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;

1.58. Inquérito Civil nº 242.9.198297/2017, da Promotoria de Justiça de Retiroândia;

1.59. Inquérito Civil nº 708.0.147897/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.60. Inquérito Civil nº 596.0.214578/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.61. Inquérito Civil nº 003.0.105628/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.62. Inquérito Civil nº 592.0.18375/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.63. Inquérito Civil nº 590.0.242283/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.64. Inquérito Civil nº 003.9.114949/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.65. Procedimento Ministerial nº 003.0.84286/2012, do Grupo de Atuação de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.66. Inquérito Civil nº 003.9.270115/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.67. Inquérito Civil nº 598.0.34033/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.68. Procedimento Ministerial nº 703.9.186778/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Livramento;

1.69. Procedimento Ministerial nº 705.0.40027/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

- 1.70. Inquérito Civil nº 322.9.99801/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 1.71. Inquérito Civil nº 003.0.151065/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.72. Procedimento Ministerial nº 035.0.81030/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.73. Inquérito Civil nº 331.0.228424/2014, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.74. Procedimento Ministerial nº 003.9.214408/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.75. Inquérito Civil nº 003.0.55042/2011, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 1.76. Procedimento Ministerial nº 003.0.147950/2007, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.77. Inquérito Civil nº 590.0.52970/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.78. Inquérito Civil nº 285.0.149526/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 1.79. Procedimento Ministerial nº 699.0.240950/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.80. Procedimento Ministerial nº 307.0.17086/2008, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.81. Inquérito Civil nº 001.9.4221/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.82. Inquérito Civil nº 196.0.71304/2007, da Promotoria de Justiça de Nova Canãa;
- 1.83. Procedimento Ministerial nº 703.0.30048/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.84. Inquérito Civil nº 167.0.102526/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.85. Inquérito Civil nº 001.9.1947/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.237144/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 1.87. Inquérito Civil nº 003.0.233685/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.88. Procedimento Ministerial nº 593.0.228947/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.89. Procedimento Ministerial nº 674.0.240951/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.90. Inquérito Civil nº 003.0.217438/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.91. Inquérito Civil nº 234.0.239083/2014, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Teixeira de Freitas;
- 1.92. Inquérito Civil nº 709.0.199795/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.93. Inquérito Civil nº 592.0.135868/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.94. Procedimento Ministerial nº 593.9.107532/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.95. Inquérito Civil nº 003.0.121920/2003, da Promotoria de Habitação e

Urbanismo;

1.96. Inquérito Civil nº 708.9.102142/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

1.97. Inquérito Civil nº 591.9.269972/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.98. Inquérito Civil nº 699.0.181407/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;

1.99. Procedimento Ministerial nº 933.0.107278/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.100. Inquérito Civil nº 708.0.83439/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

1.101. Procedimento Ministerial nº 608.9.186272/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.102. Procedimento Ministerial nº 608.9.186094/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.103. Procedimento Ministerial nº 608.9.185761/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.104. Procedimento Ministerial nº 608.9.185827/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.105. Procedimento Ministerial nº 608.9.186369/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.106. Procedimento Ministerial nº 608.9.185944/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.107. Procedimento Ministerial nº 608.9.186302/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.108. Procedimento Ministerial nº 608.9.185931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.109. Procedimento Ministerial nº 608.9.186258/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.110. Procedimento Ministerial nº 608.9.186215/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.111. Inquérito Civil nº 702.0.28032/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.112. Inquérito Civil nº 590.0.233291/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.113. Inquérito Civil nº 709.0.235370/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.114. Inquérito Civil nº 600.0.219350/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.115. Inquérito Civil nº 210.9.215411/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Paramirim;

1.116. Inquérito Civil nº 167.9.69887/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;

1.117. Procedimento Ministerial nº 719.0.246077/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;

1.118. Procedimento Ministerial nº 703.0.84600/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

1.119. Inquérito Civil nº 001.9.265841/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.120. Procedimento Ministerial nº 003.9.157032/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 1.121. Inquérito Civil nº 003.0.165308/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.122. Procedimento Ministerial nº 003.9.10288/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.123. Inquérito Civil nº 590.0.247143/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.124. Procedimento Ministerial nº 003.0.1643/2010, do Grupo de Atuação do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.125. Inquérito Civil nº 003.0.1753/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.126. Inquérito Civil nº 702.9.170390/2017, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Jacobina;
- 1.127. Inquérito Civil nº 297.0.176897/2012, da Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.128. Procedimento Ministerial nº 003.9.151405/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.129. Inquérito Civil nº 331.0.156215/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.130. Procedimento Ministerial nº 210.9.162273/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.131. Inquérito Civil nº 598.0.210716/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.132. Inquérito Civil nº 598.0.210675/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.133. Inquérito Civil nº 598.0.210448/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.134. Inquérito Civil nº 703.0.113944/2013, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 1.135. Inquérito Civil nº 701.0.142696/2015, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.136. Procedimento Ministerial nº 703.0.101571/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.137. Inquérito Civil nº 003.0.74035/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.138. Inquérito Civil nº 600.0.233176/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.139. Inquérito Civil nº 600.0.11830/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.140. Inquérito Civil nº 237.0.83784/2016, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
- 1.141. Inquérito Civil nº 596.0.170955/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.142. Inquérito Civil nº 237.0.83784/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.143. Procedimento Ministerial nº 222.0.133841/2009, da Promotoria de Justiça de Iaçú;
- 1.144. Inquérito Civil nº 596.0.170955/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.145. Inquérito Civil nº 001.9.23265/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.146. Inquérito Civil nº 598.0.210737/2016, da Promotoria de Justiça de

